

Bloco denuncia situações irregulares ao IEFP

12-Fev-2010

Os casos de fraude aos desempregados do Centro de Emprego de Barcelos levaram o deputado Pedro Soares a questionar o governo e a pedir reunião com a directora.

A notícia revelada pelo jornal "i" na quinta-feira, dando conta de casos de empresas a cobrar cinco euros aos desempregados de Barcelos em troca do carimbo a certificar a declaração de procura activa de emprego, veio ao encontro das preocupações do deputado bloquista eleito pelo círculo de Braga.

"É necessário que se investigue e exigem-se medidas urgentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Queremos ir ao terreno perceber que medidas estão a ser tomadas para impedir que esta rede protomafiosa continue a agir", afirmou Pedro Soares, acrescentando que já pediu uma reunião urgente com Madalena Quintão - a directora do Centro de Emprego em questão - sobre esta e outras suspeitas de irregularidades no seu funcionamento.

No passado dia 2 de Fevereiro, Pedro Soares tinha dirigido ao governo algumas questões sobre a alegada colocação, por parte do Centro de Emprego de Barcelos, "de trabalhadores em empresas do sector têxtil registadas em nome individual, mas inexistentes, designadamente para o desempenho de funções de cortadeiras e costureiras".

"De acordo com as denúncias do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, o Instituto de Emprego e Formação Profissional convocou, por carta, sete trabalhadoras no sentido de comparecerem a 12 de Novembro de 2009 na empresa “Anabela Pereira Martins”, com sede numa habitação social em Palmeira de Faro. Desde então, aquelas trabalhadoras não receberam qualquer salário, tendo deixado de receber o respectivo subsídio de desemprego na sequência da sua colocação na “empresa fantasma”", diz o requerimento entregue pelo Bloco com destino à ministra do Trabalho.

"Que medidas vai o Governo tomar para impedir que os trabalhadores continuem a ser enviados para colocação em “empresas fantasma”? Vai o Governo averiguar as empresas onde o Instituto de Emprego e Formação Profissional colocou trabalhadores e cuja situação de irregularidade foi já denunciada?", questionou Pedro Soares.

{easycomments}